

## **Biblioteca Digital Curt Nimuendaju**

<http://biblio.etnolinguistica.org>

Leite, Serafim. 1939. Capítulo II: Fundação da lingüística nacional. In *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo II (Século XVI -- A Obra), p. 545-568. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Permalink: [http://biblio.etnolinguistica.org/leite\\_1939\\_historia](http://biblio.etnolinguistica.org/leite_1939_historia)

O material contido neste arquivo foi escaneado e disponibilizado online com o objetivo de tornar acessível uma obra de difícil acesso e de edição esgotada, não podendo ser modificado ou usado para fins comerciais. Seu único propósito é o uso acadêmico individual.

Possíveis dúvidas ou objeções quanto ao uso e distribuição deste material podem ser dirigidas aos responsáveis pela Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, no seguinte endereço

<http://biblio.etnolinguistica.org/contato>

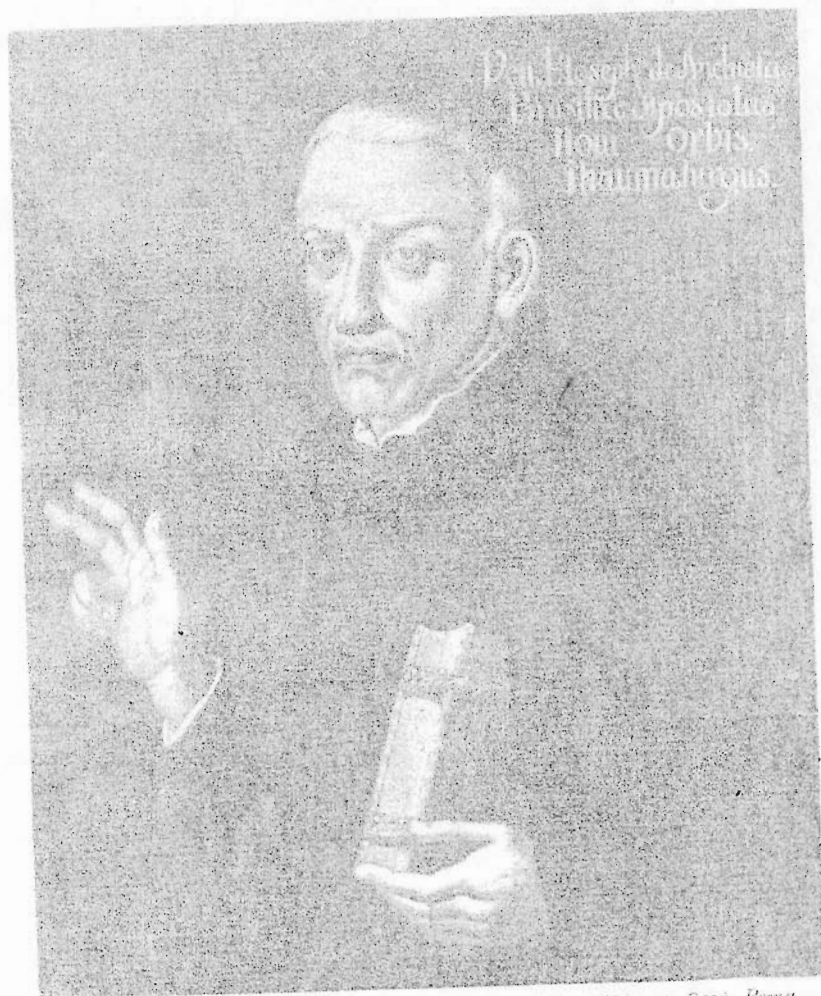
Créditos: O volume contendo o presente trabalho foi digitalizado e disponibilizado pela equipe da Biblioteca Digital Curt Nimuendaju em novembro de 2007

SERAFIM LEITE, S. I.

HISTÓRIA  
DA  
COMPANHIA DE JESUS  
NO  
BRASIL

TÔMO II

(Século XVI—A OBRA)



*Tela antiga, no Gesù, Roma.*

VEN. P. JOSÉ DE ANCHIETA

Apostolo do Brasil  
Fundador do Novo Mundo

1938

LIVRARIA PORTUGALIA  
RUA DO CARMO, 75  
LISBOA

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA  
RUA 7 DE SETEMBRO, 162  
RIO DE JANEIRO

## CAPÍTULO II

### Fundação da lingüística americana

1 — *Primeiros monumentos da língua tupi-guarani*; 2 — *A Arte de Gramática*;  
3 — *O primeiro vocabulário tupi*; 4 — *O catecismo e a doutrina cristã*;  
5 — *Curso da língua tupi*; 6 — *Os Maromomins e a sua língua*.

1. — Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria<sup>1</sup>.

Ao chegarem os Padres ao Brasil, sem deixarem a portuguesa, verificaram que, para atrair e catequizar os Índios, era indispensável saber a língua deles. Desta regra e desta verificação provieram múltiplas vantagens para a catequese e para a ciência<sup>2</sup>. Os dois principais campos de actividade dos Jesuítas, nos primeiros tempos, foram a Capitania de S. Vicente e a Baía. A prègação na língua começou simultâneamente em ambas, mas com vantagem em S. Vicente, porque ali iniciaram-na alguns Portugueses vindos há muito para a terra, e que, ao agregarem-se à Companhia, já dominavam a língua tupi, falada na costa do Brasil. O Ir. Pero Correia, que foi dos primeiros a entrar, conhe-

---

1. *Constitutiones*, P. IV, C. 6, n.º 13 (Regra 10 das comuns); cf. J. M. Grano, *La acción misionera y los métodos misionales de San Ignacio de Loyola* (Burgos 1931) 143 [*Bibliotheca Hispana Missionum*, vol. VI].

2. Couto de Magalhães, falando da assimilação dos Índios, diz que não há outro meio senão falar a sua língua, como fizeram os Jesuítas. E ainda agora se devia, acrescenta êle, criar um corpo de intérpretes, a « exemplo do que fizeram os nossos maiores, os Portugueses, os quais em matéria de Colonização, foram grandes mestres ». — *O Selvagem*, (Rio 1876) IX. Expende ideias semelhantes Cunha Barbosa, *Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 2 (1840) 3-18.

cia a fundo a língua e a psicologia dos Índios, prégava-lhes à sua maneira e mandava vir expressamente da Europa livros para se inspirar e transmitir aos Índios doutrina segura<sup>1</sup>.

Na Baía, começou o estudo em 1549, mas o seu exercício só verdadeiramente, com a chegada, em 1556, do Irmão António Rodrigues. Antes dêle, foi preciso proceder-se à aprendizagem laboriosa, utilizando os Padres recém-chegados os moradores da terra. Logo na primeira carta, poucos dias depois de chegar, diz Nóbrega que tentara traduzir as orações com um índio, mas inutilmente, pela boçalidade do mesmo índio. « Espero de as tirar o melhor que puder com um homem que nesta terra se criou de moço »<sup>2</sup>. Era Diogo Álvares, o *Caramuru*.

Em Pôrto Seguro, havia também um homem antigo, que tinha o dom de escrever a língua dos Índios<sup>3</sup>. Entre os primeiros Jesuitas, vindos de Portugal, o que mais se assinalou nestes estudos foi o P. João de Aspilcueta Navarro. Talvez por ser « biscainho » (a observação é de Nóbrega), revelou maior habilidade, e logo se avantajou aos demais<sup>4</sup>. Nóbrega, ao chegar à Baía, de visitar as Capitánias, enviou-o a Pôrto Seguro para se utilizar daquele intérprete<sup>5</sup>.

O P. Navarro traduziu na língua tupi « a criação do mundo, e a Encarnação e os demais artigos da Fé, e mandamentos da Lei, e ainda outras orações, especialmente o Padre-Nosso, as quais orações de contínuo lhes ensino, em sua língua e na nossa », diz êle<sup>6</sup>. Navarro deu àquele português de Pôrto-Seguro passagens « do Testamento Velho e Novo, e Mandamentos, Pecados Mortais, e Artigos da Fé e Obras de Misericórdia para me tornar em língua da terra », diz êle<sup>7</sup>. Traduziu-lhe também alguns sermões sobre o « Juízo, Inferno e Glória »<sup>8</sup>, uma « Confissão Geral, Prin-

1. CA, 90-91; *Bras. 3 (1)*, 85; *Vasc., Crón.*, I, 48.

2. Nóbr., *CB*, 73.

3. CA, 71. Estas orações, logo as utilizaram os Padres. António Pires, em 1551, já prégava aos Índios: « trouxe as orações e alguns sermões escritos nesta língua. Espero agora de me exercitar nêles », CA, 82.

4. Nóbr., *CB*, 73, 93; CA, 72, 112; *Fund. de la Baya*, 3 (78); *Vasc., Crón.*, I, 48.

5. CA, 75.

6. CA, 50.

7. CA, 71.

8. CA, 76.

cípio e fim do mundo »<sup>1</sup>. Êstes sermões e orações, aprendidas e decoradas pelo Padre, as ensinava, depois, aos meninos, em vez das canções gentílicas<sup>2</sup>.

Na aprendizagem das orações pelos meninos influíram sobretudo os órfãos de Lisboa, chegados em 1550 e anos seguintes. « Andam os meninos órfãos, que mandaram do Reino e estão neste Colégio [da Baía], pelas Aldeias, prégando e cantando cantigas de Nossa Senhora, na língua da terra declaradas »<sup>3</sup>. As cantigas eram aperitivos para manjar mais sólido. Não tardou que, unidos todos êstes meninos da metrópole e da colónia, entrassem pelas Aldeias dos arredores e ensinassem aos Índios adultos o seguinte: « Paixão de Nosso Senhor, Mandamentos, Pater-Noster, Credo e Salvê-Rainha em sua língua. De maneira que os meninos em sua língua ensinam os pais e os pais vão com as mãos postas atrás dos seus filhos, cantando « Santa-Maria », e êles respondendo: *ora pro nobis* »<sup>4</sup>.

Com a volta de Nóbrega à Baía, em 1556, e sobretudo com a vinda do Ir. António Rodrigues, a catequese na língua tomou grande incremento. Chegou então a *Arte* de Anchieta; e, ao mesmo tempo, « as orações », traduzidas pelos Irmãos línguas, de S. Vicente<sup>5</sup>. Estas orações é que haviam de ser definitivamente adoptadas. Com as lições do Ir. António Rodrigues enchia-se o Colégio. E onde, dantes, só vinham uns doze ouvintes, logo ao terceiro dia, depois de começar a catequese, vieram 100 pessoas e, pouco depois, « quasi duzentas ». Os Índios cobraram grande devoção ao Ir. Rodrigues, e diziam que, se outros lhes falavam mais polida e hábilmente, êle lhes « lançava o coração pela bôca »<sup>6</sup>.

As línguas são um dom de Deus. Ê natural que uns tivessem mais propensão para elas do que outros. O Ir. Cipião meteu-se

1. Carta de Navarro, 19 de Setembro de 1553, *Bras. 3 (1)*, 101.

2. Nóbr., *CB*, 105.

3. CA, 118.

4. *Post scriptum* à carta dos Meninos Órfãos, de 5 de Agosto de 1552, *Bras. 3 (1)*, 67. Alguns anos mais tarde, também Thevet havia de publicar, em *La Cosmographie Universelle* (1575) 925, algumas orações: Padre-Nosso, Avê-Maria e Credo, cf. Vale Cabral, *Bibliografia*, em *Annaes*, VIII, 170.

5. CA, 155.

6. CA, 154-155, 157.

à língua tupi com tanto empenho, «que às vezes lhe falava homem português e êle respondia brasil»<sup>1</sup>. Quando ao conhecimento da língua se juntava facilidade em a falar, os Irmãos condecoravam-se com reminiscências clássicas. O P. Gaspar Lourenço era «um Cícero na língua brasilica»<sup>2</sup>; o P. Leonardo do Vale, um «Túlio»<sup>3</sup>. Pelo contrário, o P. Jorge Rodrigues diz de si mesmo, escrevendo de Ilhéus em 1556, que só confessa a gente branca, por não saber o tupi. E isso que andou dois anos a aprendê-lo nas Aldeias da Baía, «e por ventura que pus nisso algum trabalho»<sup>4</sup>. A dificuldade, deixa-se ver, era maior para os que já vinham, de Portugal, homens feitos. Foi o que sucedeu com os Padres Manuel de Paiva, João Fernandes Gato e outros que tiveram dificuldade em a aprender<sup>5</sup>.

O P. António Vieira, a-pesar-de chegar menino ao Brasil e saber bem a *Língua Geral*, também sentiu embaraço na aprendizagem das gírias do Amazonas. As explicações, que dá, mostram a dificuldade comum: «Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à bôca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas nem perceber as vogais ou consoantes, de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de tôdas elas: umas tão delgadas e subtis, outras tão duras e escabrosas, outras tão interiores e escuras e mais afogadas na garganta que pronunciadas na língua; outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo o rigor que as tais línguas não se ouvem, pois que se não ouve delas mais que o sonido e não palavras dearticuladas e humanas»<sup>6</sup>.

As dificuldades, encontradas nos dialectos amazonenses, apresentaram-se também aos primeiros colonizadores e jesuítas, com a língua tupi. Viram-se na necessidade de a estudar, organizar e reduzir a Arte. Depois de feito êste trabalho, a língua

1. CA, 356.

2. CA, 407.

3. Bras. 15, 373v, 8.º.

4. CA, 467.

5. CA, 463; Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 259.

6. Vieira, *Sermões*, V (Lisboa 1855) 337-338.

surgiu então uniformizada e ordenada, «fácil, elegante, suave e copiosa», como diz Cardim<sup>1</sup>.

2. — A redução da língua tupi a regras ou Arte gramatical foi preocupação dos primeiros Padres. Cremos que Nóbrega encarregaria dessa missão primeiro ao P. Navarro. Pelo menos, antes da sua célebre entrada, deixando ao P. Ambrósio Pires e ao Ir. Blasques o que escreveu sobre a língua, acrescenta Navarro, à guisa de satisfação e desculpa: «quanto a modo de Arte, não alcanço ainda para se fazer, nem me parece que teem senão certos vocábulos que servem em geral»<sup>2</sup>. Quando Navarro fêz esta declaração, havia já dois meses que chegara ao Brasil o Ir. José de Anchieta. Êle ia realizar êsse intento. Nóbrega nomeou-o mestre de gramática latina em S. Paulo. E êle, ao mesmo tempo que ensinava, aprendia; em pouco tempo, moldou, por aquela, a língua tupi. Conta o P. Pero Rodrigues que Anchieta compôs a Arte em seis meses<sup>3</sup>.

Seria o primeiro esbôço. Foi o fundamental. Reduzida a Arte a língua tupi, o resto foi questão de tempo. A sua e a experiência de outros a aperfeiçoaram. Em 1556, já se ensinava no Colégio da Baía. E «despertou, em todos os meninos e Irmãos de casa, grandes desejos de saberem a língua»<sup>4</sup>. Mas não devia de ser comum o seu uso, porque, ainda em 1559, o P. António de Sá, que tinha cuidado dos Índios da Aldeia da Conceição, no Espírito Santo, escreve: «Eu ensino agora cá a doutrina cristã e as orações em nosso romance, como sempre fizemos, depois que nos mandaram dizer que era necessário concertarem-se alguns vocábulos, que estavam na doutrina. Se lá tiverem alguma maneira de ensinarem na língua brasilica, mandem-no-la, porque de outra maneira dificultosamente se lhes meterá na cabeça, ainda que lhes vozeem cada hora e cada momento. Êles me

1. Cardim, *Tratados*, 194. O P. John Vincent Yate, repetiria, depois, a mesma ideia: a língua brasilica é *one of the most easy and well ordered under the sun* (Carta da Aldeia de S. António, a 21 de Junho de 1593, in *Calender of State Papers*, 353).

2. Carta de Navarro, 12 de Setembro de 1553, *Bras.* 3 (1), 101v.

3. Pero Rodrigues, *Anchieta*, in *Annaes*, XXIX, 199.

4. CA, 155.

dizem que nosso romance é muito trabalhoso de tomar, mas nem por isso lhes deixo de ensinar todos os dias, e acodem-me todos quantos há na Aldeia, porque os levo por minha simples maneira, e algumas vezes falo em língua brasílica com êles o que sei e contentam-se muito»<sup>1</sup>.

Para a sua divulgação e maior utilização da Arte, pedia-se, em 1592, licença para se publicar<sup>2</sup>. Alcançada a licença, a *Arte de Gramática* imprimiu-se efectivamente em Coimbra, em 1595<sup>3</sup>. É a primeira gramática publicada na língua tupi-guarani, monumento de inapreciável valor lingüístico e filológico, glória da Companhia no Brasil, o facto que deu a Anchieta maior renome. «É o instrumento principal, diz Pero Rodrigues, de que se ajudam os nossos Padres e Irmãos, que se ocupam na conversão da gentildade, que há por tôda a costa do Brasil. Esta língua é a geral, começando arriba do Rio do Maranhão [êle escrevia em 1605] e correndo por todo o distrito da Coroa de Portugal até o Paraguai e outras províncias sujeitas à Coroa de Castela»<sup>4</sup>.

1. CA, 221.

2. Bras. 15, 397; Bras. 2, 79.

3. *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil. [Feyta pelo padre Joseph de Anchieta da Companhia de] IESV. [Segue-se uma grande vinheta, com o trigrama da Companhia em forma de eclipse com êstes dizeres alusivos ao nome de Jesus: Nomen Domini turris fortissima].*

*Com licença do Ordinário & do Prepositio geral / da Companhia de IESV. / Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595.*

Consta de 58 fôlhas, fora a das licenças. Dêste livro fêz Júlio Platzmann uma edição fac-similar estereotipada em Leipzig, 1874. E por estas mesmas chapas, oferecidas à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fêz ela outra edição, em 1933, para comemorar o quarto centenário do seu autor. Escreveram trabalhos, fundados nos de Anchieta e Figueira, Marcgrav, John Luccoch, Reland, etc. O exemplar da edição «princeps», existente no Arquivo da Companhia (*Epp. NN. 21*), traz um breve aditamento autógrafa de Anchieta, cf. Serafim Leite, *A primeira biografia inédita de José de Anchieta*, p. 13, 1934; *Páginas*, 156; *Rev. do Inst. Bras.*, 43 (1880) 263; vol. 44, P. 1.<sup>a</sup> (1881) 1; Sommervogel, *Bibliothèque*, I, 310; VIII, 1631; Rivière, *Bibliothèque*, II, p. 64; Streit, *Bibliotheca Missionum*, II, p. 340; Vale Cabral, *Bibliographia*, em *Annaes*, VIII, 143-144; *III Centenário de Anchieta*, pp. 343-344; Anchieta, *Cartas*, p. 27; Galanti, *H. do B.*, I, 2.<sup>a</sup> ed., 106-107.

4. Nos fins do século XVIII, escrevia Fr. José Bernal um *Cathecismo de la lengua Guarany y castellana destinado a los Indios de las Provincias de Paraguay, Santa Cruz de la Sierra y naciones de Chiquitos, y los Pueblos de las Misiones del Uruguay y Parana y pueblos del Chaco, y Provincia de San Pablo de los Portugueses*. A inclusão

Aqui entram os Petiguares até Pernambuco, os Tupinambás da Baía, os Tupinaquins e Tumiminós da Capitania do Espírito Santo, e os Tamóios do Rio de Janeiro, e muitas outras nações, a quem serve a mesma língua com pouca mudança de palavras»<sup>1</sup>.

A área, onde se falou, e ainda hoje fala a *Língua Geral*, é muito mais vasta do que o seu núcleo primitivo. Deve-se isso, segundo Teodoro Sampaio e Plínio Airoso, aos missionários e bandeirantes<sup>2</sup>. A êstes dois factores deve acrescentar-se o das próprias migrações dos tupis-guaranis, anteriores e subseqüentes à chegada dos Portugueses<sup>3</sup>. A tal unidade de língua, que concorreu, sem dúvida, para a unidade brasileira, recebeu dos Jesuítas extraordinário vigor, pela feição culta, que lhe deram, fixando por escrito as suas formas gramaticais e vocabulares. A influêcia da catequese sôbre a propagação da Língua Geral (a que os Padres fixaram) foi grande. Diz Barbosa Rodrigues: «Em todos os Colégios, sempre que chegavam novos missionários, eram obrigados a aprender a Língua Geral, para ensiná-la às tribus nheengaibas, isto é, àqueles que não falavam o tupi. Tanto assim é que, no Amazonas, tôdas as tribus, que ainda existem, com dialectos muito diversos e que foram missionadas, falam a Língua Geral. Os mundurucus, maués, tucanos, deçanas, ticunas, arauaquis, pariquis, etc., todos falam a Língua Geral, que aprenderam. Ainda ouvi uma ladainha e oração em Língua Geral, recitadas por pariquis, que teem um dialecto muito especial»<sup>4</sup>.

de S. Paulo na lista mostra a quasi identidade de Guarani e do Tupi. Fr. Bernal, no prefácio, diz que viera substituir os «ex-jesuítas de las misiones de los pueblos Guaranis». — Publicado em *Lenguas de América*. — Manuscritos de la Real Biblioteca, Tômoo I (Madrid 1928) 395-439.

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, in *Annaes*, XXIX, 199. Sôbre esta unidade e extensão da língua, cf. Carta de Bastião Gomes, *Annaes*, XX, 264; Anchieta, *Cartas*, 302.

2. Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional* (Baía 1928) 6; Plínio Airoso, *Primeiras Noções de Tupi* (S. Paulo 1933) 32.

3. Cf. Métraux, *La civilisation matérielle*, 290-292.

4. J. Barbosa Rodrigues, *A Língua Geral do Amazonas e o Guarany*, in *Rev. do Inst. Bras.*, tômoo do Quinquagenário (1888), suplemento ao tômoo 51, p. 108; cf. von Martius, *O estado do Direito entre os Autochtones do Brasil*, na *Rev. do Inst. de S. Paulo*, XI, 25.

A Anchieta une-se na mesma glória Luiz Figueira, com a sua *Arte da Língua Brasilica*, diferente da do P. Anchieta e com o texto todo em português<sup>1</sup>.

Mais tarde, vieram outros cultores da língua tupi, quer da Companhia (Mamiani, Bettendorf, João Daniel . . .), quer de fora<sup>2</sup>; mas, observa Plínio Airosa: «os trabalhos de Anchieta e de Figueira, embora não possam reflectir com absoluta precisão a linguagem dos aborígenes, são no Brasil as melhores fontes, porque foram escritas, a bem dizer, entre os Índios, e numa época em que a língua estava em pleno uso para todos. As obras posteriores, também valiosas, registram já as mutilações sofridas pelas palavras, as substituições de sons e as adaptações provocadas pelo tempo»<sup>3</sup>.

3. — Feita a Arte, necessitavam-se vocabulários. Os vocabulários tupis, organizados pelos Jesuítas do Brasil, deveriam ser, a princípio, simples listas de nomes, listas que iam passando de uns Padres a outros, ampliando-se ou aperfeiçoando-se sucessivamente. A primeira vez que se nos depara referência concreta a vocabulário em forma é em 1585. Pedindo-se licença a Roma para se publicar a *Doutrina Cristã*, portuguesa, do P. Marcos Jorge, que Leonardo do Vale adaptara à língua tupi, pedia-se, ao mesmo tempo, licença para se imprimir o *Dicionário da Língua Brasilica* para utilidade dos que a aprendiam<sup>4</sup>. Em 1592, reno-

1. *Arte da Língua Brasilica composta pelo Padre Luiz Figueira da Companhia de IESV, Theologo*. [Trigrama da Companhia]. Em Lisboa, com licença dos Superiores, por Manoel da Silva, s/d. [1621]. A aprovação é datada de «Olinda & Dezembro de 620». Nela diz o P. Manuel Cardoso, que a reviu «por ordem do P. Francisco Fernandes da Companhia de Jesu deste collegio de Pernambuco». Nada achou que fôsse «contra o comum falar dos Índios do Brasil».

«E se deve ao P. Luiz Figueira muito, por facilitar, com seu trabalho, o muito que os que aprendem esta língua brasilica costumam ter, não obstante a Arte do P. Joseph Anchieta, que, por ser o primeiro parto, ficou muy diminuta & confusa, como todos experimentamos». Na BNL (reservados) há dois exemplares, um deles, magnífico, espelhado.

2. Cf. *Bibliographia* citada, de Vale Cabral.

3. Plínio Airosa, *Primeiras Noções de Tupi*, 33.

4. *Scribitur etiam Dictionarium eiusdem sermonis ad Nostrorum utilitatem, qui linguae addiscendae operam sunt navaturi. Visum est petendam esse facultatem e Nostro Patre Generali ut typis possint excudi, Congr. 42, 321v.*

va-se o pedido para a impressão dum léxicon tupi que se estava escrevendo<sup>1</sup>.

¿Quem seria o escritor? Costuma falar-se de Anchieta. ¿Seria êle?

Nos documentos da época não achamos notícia de intervenção sua, directa, neste trabalho. Nos primeiros biógrafos, observa-se esta gradação: Quirício Caxa, enunciando as obras de Anchieta na língua tupi, não fala de vocabulário<sup>2</sup>; Pero Rodrigues já afirma que deu princípio ao vocabulário<sup>3</sup>; Simão de Vasconcelos dá o passo final e escreve; «fêz vocabulário da mesma língua»<sup>4</sup>. Certo, é o seguinte: o Padre Provincial Marçal Beliarte, escrevendo da Baía, a 21 de Setembro de 1591, e narrando a morte de Leonardo do Vale, em Piratininga, a 2 de Maio dêsse ano, chama-lhe «príncipe dos línguas brasilicos, eloqüente como Túlio, que falava a língua com tanta perfeição que até os Índios se admiravam do seu talento e graça singular; companheiro do P. Nóbrega e dos primeiros Padres, autor do Dicionário da Língua Brasilica, óptimo, copioso e muito útil, por onde fácilmente se aprende: *composuit vero illius linguae optimum, copiosum et valde utile vocabularium ex quo facile est addiscere*»<sup>5</sup>.

1. *Bras. 15, 397.*

2. Caxa, *Breve Relação*, 13; cf. Serafim Leite, *Páginas*, 157.

3. Pero Rodrigues, *Anchieta*, in *Annaes*, XXIX, 199.

4. Vasc., *Crón.*, I, 156. Esta frase tem andado repetida por todos: Platzmann, Dahlmann, etc. Diz êste: «Anchieta hinterliess noch ein Wörterbuch». — *Die Sprachkund und die Missionen (1500-1800)*, (Freiburg im Breisgau), 83; Vale Cabral, *Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas á lingua Tupi ou Guarany, tambem chamada Lingua Geral*, in *Annaes*, VIII, p. 197.

5. *Bras. 15, 373v*; cf. *Hist. Soc. 42, 33*. Diz o Catálogo de 1574 (*Bras. 5, 10*): «Leonardo do Valle, coadjutor spual formado. es grande lingua. sabe medio-cientemente casos. es confessor. entró en la comp.<sup>a</sup> año de 53. siendo de 15 anos. es natural de Bragança». Rocha Pombo considerou-o mameluco (*Hist. do Brasil*, III, 362 nota). Aqui fica expressa a sua naturalidade: Trás-os-Montes. Foi menino para o Brasil, levado pela família ou como órfão. No ano de 1553, dado pelo catálogo, devia ser apenas aluno, porque ainda não aparece no que organizou Anchieta em Julho de 1554 (*Anch., Cartas*, 37-38). Como tal andaria nos Campos de Piratininga, quando se fundou S. Paulo. Nas Missões caminhava quási sempre descalço «com alpergatas feitas de cardos bravos, que era o coiro daquele tempo» (Vasc., *Anchieta*, 44). Fêz os votos de Coadjutor espiritual no ano de 1560, em Piratininga. Recebeu-os o P. Nóbrega (*Lus. 1, 137*). Era sumamente estimado dos Índios, em cujo serviço gastou a vida, tanto dos livres como dos escravos

O Vocabulário do P. Leonardo do Vale não se imprimiu. Andando porém em tôdas as mãos, deve ter ido, com a gramática de Anchieta e a doutrina, até ao Tucumã e Paraguai com os primeiros Padres idos do Brasil. Exaltando a unidade da Língua Geral (tupi-guarani), desde o « famoso Rio das Amazonas » aos Carijós, grande vantagem para a catequese, diz Pero Rodrigues, notando os instrumentos de trabalho de que dispunham: « por onde a Arte desta língua [a *Arte de Gramática*, de Anchieta] e as práticas e doutrinas, que nela andam escritas, servem também os Padres da Companhia, que andam no Peru, para ensinar os Índios do Tucumã, do Rio da Prata e outras terras que confinam com o Brasil »<sup>1</sup>. Os Padres do Brasil chegaram a Tucumã em 1587 e ao Paraguai em 1588. Dêstes escritos tiveram, sem dúvida, conhecimento Barzana e Ruiz de Montoya, em cujos nomes andam os primeiros dicionários impressos. Outros os conheceriam no século XVIII, depois da extinção dos Jesuítas...<sup>2</sup>.

¿Existirá hoje algum exemplar do Vocabulário dos primeiros Padres Jesuítas do Brasil?

No Arquivo Geral da Companhia não o vimos. Couto de Magalhães, falando dos primeiros livros sôbre o tupi, inclui um « *Vocabulário da língua tupi*, tal qual era falada em S. Paulo, no século XVI, pelo P. Joseph de Anchieta », e acrescenta: a « edição está há muitos anos esgotada; mandei tirar uma cópia em

e escravas (CA, 308; Bras. 15, 278v; Vasc., Crón., II, 5). Quando os da Aldeia de S. João, na Baía, fugiram para a selva, ocasião em que os Índios às vezes matam os brancos, não só não o fizeram, antes despediram-se do P. Leonardo do Vale, « dizendo-lhe que levavam grandes saúdades dêle, e que, se foram mulheres, o choraram », CA, 265 e nota 153 de Afrânio Peixoto.

1. Carta de Pero Rodrigues, 7 de Maio de 1597, em Amador Rebêlo, *Comp. de Alg. Cartas*, 236-237.

2. Plínio Airosa reeditou o *Dicionário Brasileiro*, S. Paulo, 1934. E no Prefácio, p. 17, dá como autor a um Frei Onofre, Missionário do Convento de Santo Antônio, no Maranhão, do qual tudo se ignora. Sem entrar agora em maiores averiguações, que reservamos para o estudo do século XVIII, recordemos desde já que, supra, no *Apêndice A*, do Tômo I, 536, entre os escritores da Província do Brasil, cita-se o P. Inácio Leão, com um *Dicionário Português-Brasilico*. E averbemos também a opinião de Dahlmann (*loc. cit.*), segundo a qual o *Dicionário Português-Brasilico*, publicado em 1795 (o mesmo que reeditou Plínio Airosa), se baseia no *Manuscrito da Língua Geral do Brasil*, saído, diz êle, com tôda a probabilidade, da pena do famoso Jesuíta, João Daniel. Cf. Francisco Rodrigues, *A Formação*, 379.

manuscrito e vou reimprimi-la »<sup>1</sup>. Esta obra, que se diz impressa, não vem mencionada por Vale Cabral, nem está na Bibliografia, que Plínio Airosa apõe a *O Caderno da Língua*, de Fr. Arronches. ¿Será apenas um *glossário* das palavras usadas por Anchieta nos seus diversos escritos tupis?

Temos fortes razões para fazer remontar até aos primeiros Padres o códice piratiningano de 1622, atribuído a Pero de Castilho<sup>2</sup>.

¿Será, na verdade, Pero de Castilho o autor do Vocabulário? Existe uma dificuldade insuperável, proveniente dum incômodo *álibi*. O manuscrito traz, no alto da fôlha do rôsto, estas palavras desenhadas: *Vocabulario na Língua Brasilica, 1621*. E no fecho:

1. Couto de Magalhães, *O Selvagem*, p. 320. Na Biblioteca da Universidade de Coimbra, conserva-se um *Dicionário da Língua Geral do Brasil*, e outro *Dicionário da Língua Brasilica*, assinalados por Norival de Freitas, *Rev. do Inst. Bras.* 70, 2.ª P. (1907) 895.

2. Na nossa passagem pelo Rio de Janeiro, em 1934, convidou-nos fidalgamente a visitar, em Copacabana, a sua biblioteca, o director do grande diário « *Jornal do Commercio* », Félix Pacheco, tão cedo arrebatado às lides literárias e jornalísticas. Não foi alheio a êste convite o insigne escritor Afrânio Peixoto. Mostrou-nos Félix Pacheco as suas raridades bibliográficas e, com verdadeira ufanía, um manuscrito da língua tupi, formando um só volume com *Os nomes das partes do corpo humano*, de Pero de Castilho.

Félix Pacheco conhecia Sommervogel, que dava Castilho como português e autor provável de um manuscrito, *Vocabulário da Língua Brasilica (Português-Brasiliano)*, 4.º, pp. 368. « The last few leaves which contain lists of the names of parts of the body, etc. in Brazilian-Portuguese, and is dated 1613, were written by Padre Pero (sic) de Castilho da Companhia de Iesu who was probably, also the author of the large Vocabulario ». *Catal. de Quaritch*, juill. 1885, n. 30200). D'après ce titre, l'auteur ne s'appellerait-il pas plutôt: Perez de Castilho? » (Sommervogel, *Bibliothèque*, II, 846).

Quem é êste Perez ou Pero de Castilho? — perguntou-nos êle.

Diante desta interrogação e dúvida, ao voltar a casa, consultámos os nossos verbetes, verificando que o nome era realmente Pero de Castilho, grande língua, e que *nascera* no Brasil, como aliás já o dizia Sommervogel, mas no *Suplemento*, IX, 7. Com justificado alvoroço, quisemos logo comunicar-lhe tão grata notícia. Organizámos uma nota com os dados biográficos de Pero de Castilho e remetemos-lha. Félix Pacheco escreveu-nos uma carta, que conservamos como tesoiro precioso, e, já agora, como reliquia. Desta identificação e correspondência fez êle uma erudita comunicação à Academia Brasileira de Letras, em 5 de Julho de 1934, publicada no dia seguinte no seu jornal e depois na *Revista da Academia*, no mês de Outubro do mesmo ano. Mas esta identificação da *naturalidade* de Pero de Castilho prestava-se a uma outra identificação, a da sua *autoría*. Será?...

*Este livro intitulado/ Vocabulario Brasil/ Foi começado em Abril/ Porem em Agosto acabado/ 1622/ Aos 23 de Agosto oitava da Assunção de Nossa Senhora/ Em Piratininga.*

Ora, em 1621, Pero de Castilho vivia no Colégio da Baía<sup>1</sup>; e fêz, com o P. José da Costa, nesse mesmo tempo, e naquela região, uma entrada apostólica ao interior<sup>2</sup>. Não podia estar em Piratininga, em 1622. Os quatro ou cinco meses, de que fala a quadra piratiningana, deve ser o tempo gasto por algum Padre ou Irmão em copiar o dicionário, nas horas vagas do apostolado. Bem vemos que o ser cópia não exclue a hipótese de ter como autor a Pero de Castilho, embora ausente. Mas a hipótese deve justificar-se por outra via. E não encontramos nenhum elemento positivo, que autorize essa conclusão.

Quere dizer, no estado actual dos nossos conhecimentos históricos, aquêl *Vocabulário da Língua Brasilica*, obra certamente dos Padres Jesuítas, tem que se filiar em Leonardo do Vale, sem excluir, é claro, prováveis remodelações e aperfeiçoamentos ulteriores, inclusivê do próprio Anchieta. Êste recuo no tempo dá-lhe, incontestavelmente, maior valor.

4. — E, agora, outra manifestação da actividade lingüística dos Padres, e à qual, afinal, se dirígiam tôdas as mais: o ensino da doutrina.

O mais antigo ensaio da doutrina cristã em língua tupi data de 1549 com a primeira tradução das orações. Ao Ir. Pero Correia, em S. Vicente, que tão encarecidamente pedia livros de Portugal, se deve, por volta de 1552, a primeira *Suma da Doutrina Cristã*, «posta em estilo da língua natural da terra, pela qual ensinavam com fruto às almas»<sup>3</sup>. Entretanto, o P. Luiz da Grã, pouco antes de 1560, compôs, em português, o *Diálogo ou Suma da Fé*: na Baía «veem cada dia uma vez à escola, onde se lhes ensina a *Doutrina* e um *Diálogo*, onde está recopilada a *Suma da Fé*, que o P. Provincial ordenou e compôs, para que, perguntando e respondendo, com maior facilidade lhes ficasse na cabeça»<sup>4</sup>.

1. Bras. 5, 123.

2. *Lettere Annue d'Etiopia, Malabar, Brasil e Goa, 1620-1624* (Roma 1627) 127-128.

3. Vasc., *Crón.*, I, 70.

4. CA, 274, 301, 351.

O *Diálogo* ou *Suma da Fé* generalizou-se pelas Aldeias em cópias manuscritas e, em 1566, já uma delas tinha sido enviada a Portugal<sup>1</sup>.

Sucedeu, neste meio tempo, que o P. Marcos Jorge, falecido em 1571, escreveu também e publicou, em Portugal, uma *Doutrina Cristã*, à maneira de Diálogo, para ensinar os meninos<sup>2</sup>. Ê a mesma Cartilha da Santa Doutrina, remodelada depois pelo P. Mestre Inácio Martins e que ficou célebre. O P. Grã pediu-a, em 1564<sup>3</sup>; e o P. Leonardo do Vale, que em 1572 era lente de tupi no Colégio da Baía, traduziu-a do português para a língua de que era professor, em 1574, para maior união e conformidade<sup>4</sup>. Na carta, em que se dá notícia do seu falecimento, noticia-se que escreveu também «muitos sermões e explicações do catecismo e outros documentos para a educação e instrução dos Índios»<sup>5</sup>. Acrescenta-se, na História da Fundação dos Colégios, ano de 1574, que a tradução da Doutrina lhe «custou muito trabalho, mas entende-se que será proveitosa. Também se fizeram as preparações para confessar, baptizar e ajudar a bem morrer e um confessorário na língua»<sup>6</sup>. Diz-se *Confessionário*; mas a Congregação Provincial, reunida na Baía, em Março de 1575, pedindo licença a Roma para se imprimir a *Doutrina Cristã*, pede ao mesmo tempo licença para se imprimir o *Dicionário*<sup>7</sup>. Entre as respostas aos postulados desta Congregação, não se encontra esta. Todavia, recomenda o P. Gouveia, em 1586, que no Livro das casas se tenha escrito a *Doutrina* e *Diálogo*, novamente aprovado<sup>8</sup>. A Congregação de 1592 volta a pedir a impressão da Doutrina. Beliarte recomenda a petição nos seguintes termos, que dão ideia do esforço colectivo dos Jesuítas na elaboração destes monumentos lingüísticos:

1. CA, 472.

2. Cf. Sommervogel, *Bibl.*, IV, 821; Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, III, p. 401, 2.<sup>a</sup> ed.; Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, VI, p. 129.

3. Pedia «a doutrina que lá agora se ensina por perguntas e respostas» e que sentia desgosto por não a terem já mandado, CA, 415.

4. *Fund. de la Baya*, 21v (96), 41v (116).

5. Bras. 15, 373v (8.<sup>o</sup>).

6. *Fund. de la Baya*, 41v (117).

7. *Congr.* 42, 321v; Bras. 2, 118, n.<sup>o</sup> 12.

8. Bras. 2, 146.

«Leva também o Procurador [Luiz da Fonseca] a *Doutrina Cristã* composta na língua do Brasil e *Arte* da mesma língua. Uma e outra, pede a Congregação a Vossa Paternidade dê licença para se imprimir, porque será coisa de grande aumento das almas e causa de haver muitos línguas e se aprender com mais facilidade. E eu, da minha parte, peço também com tôdas as veras o mesmo. Quanto à *Doutrina*, quarenta anos há que se compôs, e até agora sempre se ensinou, apurando-se e emendando-se assim no tocante à Teologia como na língua. E porque parece que não há já que emendar, como os melhores línguas, que há, dizem; e no da Teologia estamos certos: e, com se imprimir, será mais fácil tê-la todos, aprendê-la e ensiná-la, se pede a V.<sup>a</sup> Paternidade dê para isso licença, porque pelo trabalho de a escrever muitos deixam de a ter, e os que a teem, não a teem certa; e cada um, se está um pouco adiantado na língua, lhe parece que se poderia dizer isto ou aquilo melhor, e assim a querem emendar a seu gosto; com a ver impressa, entenderão que não há já que tratar de mudança. A *Arte*, outro tanto há que se compôs, mas sempre se foi apurando. É de grande efeito para se aprender a língua, como se tem visto, a não ser que o trabalho de a trasladar faz a muitos não a ter. Está a contento dos grandes línguas, que para ela e a doutrina fiz juntar, e não sei quando se juntarão outros, ao menos tão metódicos, e que a saibam tão bem pela natureza e arte. V.<sup>a</sup> Paternidade nos dê a dita licença. O P. Procurador leva já o gasto e pode assistir à impressão, porque sabe para isso»<sup>1</sup>.

O P. Geral concedeu ambas as licenças pedidas<sup>2</sup>. Mas, por então, só se publicou a *Arte de Gramática*.

¿Que parte caberá a Anchieta na redacção daquela *Doutrina*? Entre os seus biógrafos, Caxa diz que êle «ajudou a compor a *Doutrina* ou foi o principal autor dos *Diálogos das coisas da fé*»<sup>3</sup>. Isto quere dizer colaboração ou refundição. Mais abaixo, Caxa torna a falar do *Diálogo da Fé*, onde se não faz alusão a isso<sup>4</sup>. Pero Rodrigues escreve que «trasladou o catecismo, fêz a dou-

trina em Diálogo, Instrução das perguntas para confessar, e a que serve para ajudar a bem morrer»<sup>1</sup>.

Nesta conformidade conservam-se dois manuscritos no Arquivo Geral da Companhia, que se lhe atribuem: Devocionário Brasilico e Doutrina Cristã. O *Devocionário Brasilico* é todo em língua tupi, excepto o título das matérias e os capítulos, que são em português. A letra não é de Anchieta<sup>2</sup>. A *Doutrina Cristã* é autógrafa. Consta de duas partes: a primeira é um pequeno caderno com a doutrina, escrita pelo próprio punho de Anchieta; a segunda, é um caderno um pouco maior com várias poesias de Anchieta, copiadas pelo Padre Andreoni (Antonil), nem sempre «ad litteram», como se adverte aí mesmo<sup>3</sup>.

¿Será realmente Anchieta o autor desta Doutrina e dêste Devocionário? Todos os Padres deviam ter uma cópia da Doutrina Cristã. ¿A que se conserva com letra de Anchieta não será cópia da que compôs o P. Leonardo do Vale? ¿Será nova redacção? ¿Será obra sua no fundo e na forma? É problema que terá de resolver definitivamente (se fôr possível) quem fizer a edição crítica destas obras<sup>4</sup>.

Entretanto, digamos que, pelo modo como Agostinho Ribeiro e demais censores de Lisboa se expressam, ao dar a licença para a impressão da *Arte*, Anchieta interveio pelo menos na redacção final da que se apresentou para imprimir.

«Vi por mandado de Sua Alteza êstes livros de *Gramática* e *Diálogos* compostos pelo Padre Joseph de Anchieta»... «Por onde me parece que se devem de imprimir estas *suas obras*. Em Lisboa, a vinte e cinco de Setembro de mil e quinhentos e noventa e quatro».

Obras, no plural: *Gramática* e *Diálogos*. Ora *Diálogos* são o

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 199-200; cf. Vasc., *Crón.*, I, 156-157; Id., *Anchieta*, 25-26, 185-187.

2. *Opp. NN.* 22.

3. Luiz Gonzaga Cabral, *Jesuítas no Brasil*, 95, faz uma descrição literária da *Doutrina Cristã*.

4. Entre as obras dadas como de Anchieta, nesta matéria de doutrina, enumera Streit os seguintes manuscritos: Syntagma de avisos para ajudar a bien morir, en lengua Guarani; Instrucción para preguntar a los penitentes, en lengua Guarani; Doctrina Cristiana, en lengua Guarani. — Streit, *Bibliotheca Missionum*, II (Aachen 1924) 341.

1. Carta de Beliarte, Baía, 20 de Setembro de 1592, *Bras.* 15, 397.

2. *Bras.* 2, 79.

3. Caxa, *Breve Relação*, cap. IV; cf. Serafim Leite, *Páginas*, 157.

4. Id., *ib.*, 169.

mesmo que a *Doutrina*. Não foram impressas ambas as obras, mas a licença junta-as na mesma unidade de autor.

Assim, pois, os nomes, que os documentos nos foram revelando para a composição da Doutrina, podem ser, por esta ordem: Pero Correia («há quarenta anos que está composta...»), Luiz da Grã, Leonardo do Vale e José de Anchieta, a que terá de juntar-se, mais tarde, António de Araújo, que viu, emfim, lograr-se a aspiração, constantemente renovada, de se imprimir a doutrina, em 1618. Escreve êle no *Prólogo ao leitor*: agora que a Companhia «ordenou por via do Reverendo Padre Provincial Pedro de Toledo, que eu o minimo de seus filhos possesse em ordem, para com a do nosso Reverendissimo Padre Geral se imprimir o Catecismo, que nesta lingua antigamente compozerão *alguns Padres doctos & bons linguas* ao qual bem visto & examinado acrescentei, não só todas as exortações necessarias nos passos occurrentes & hum copioso confessionario: mas tambem lhe ajuntei tudo o que pertence á ordem de Baptizar, casar, & ungir, & enterrar, conforme ao Ceremonial Romano; com suas declarações & amoestações na lingua, tudo muito importante para os que se ocupão na conversão: dando fim ao catecismo com hum tratado dos quatro novissimos, remate da vida humana & principio ou da gloria eterna ou de perpetuos tormentos».

A Congregação Provincial de Junho de 1617, no seu 4.º postulado, pede que se imprima e se conserve exactamente o original. Deve dirigir a impressão o P. Salvador Coelho, então em Portugal. O P. Geral respondeu que sim<sup>1</sup>.

O titulo da obra reflecte o Prólogo e a sua origem colectiva:

*Catecismo na lingua brasilica, no qual se contem a summa da Doutrina Christã, Com tudo o que pertence aos Mystérios de nossa sancta Fè & bõs costumes. Composto a modo de Dialogos por Padres Doctos & bõs linguas da Companhia de JESV. Agora nouamente concertado, ordenado, & acrescentado pello Padre Antonio d'Araujo Theologo & lingua da mesma Companhia*<sup>2</sup>.

1. *Congr.* 55, 255, 257.

2. Reproduzimos o frontispício. Por êle se vê que se imprimiu à *custa dos Padres do Brasil*. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1618, 4.º-XVI-170 fôlhas. Descrevem-no Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, VIII, p. 80; Sommervogel, *Bibliothèque*, I, 507; Vale Cabral, *Bibliographia*, em *Annaes*, VIII, 160-161. Foi reeditado, em

CATECISMO.  
**NA LINGOA**  
 BRASILICA, NO QVAL  
 SE CONTEM A SVMMA  
 DA DOCTRINA CHRIS-  
 Tã. Com tudo o que pertence aos  
 Mystérios de nossa sancta Fè  
 & bõs costumes.

*Composto a modo de Dialogos por Padres  
 Doctos, & bons linguas da Compa-  
 nhia de IESV.*

Agora nouamente concertado, orde-  
 nado, & acrescentado pello Padre  
 Antonio d'Araujo Theologo,  
 & lingua da mesma  
 Companhia.

*Com as licenças necessarias.*

Em Lisboa por Pedro Craesbeeck. año 1618.  
 A custa dos Padres do Brasil.

«CATECISMO NA LINGOA BRASILICA»  
 PELO P. ANTÓNIO DE ARAÚJO

Primeiro catecismo impresso na lingua tupi  
 (Magnifico exemplar, espelhado, da Bib. Nac. de Lisboa, secção de reservados)

5. — Enquanto não havia gramáticas nem vocabulários, o estudo da língua tupi era puramente pragmático. Falavam os meninos portugueses com os índios, os missionários com os meninos. Anchieta, em Iperoig, quando, ausente o P. Nóbrega, se viu só entre os índios, fez isso. Tendo forçosamente de falar a língua, aprofundou-a.

Convinha, contudo, metodizar o ensino. Composta a *Arte*, iniciou-se o Curso, no Colégio da Baía, em 1558; e, em 1560, determinou o P. Grã que todos a aprendessem, ficando êle-próprio mestre<sup>1</sup>. O Visitador Inácio de Azevedo confirmou e decretou a sua obrigatoriedade para os Jesuítas do Brasil: todos a aprendam « pelo menos a doutrina e orações ». E os que sabem latim, tenham algum exercício « pela *Arte da Língua* »<sup>2</sup>. Parece que a *Arte de Gramática* foi escrita primitivamente em latim<sup>3</sup>.

O texto, que se publicou em 1595, é português. A cada passo, porém, se encontram explicações ou aclarações latinas. E às vezes, dentro do mesmo período.

O curso de Humanidades, na Europa, compreendia a aula de grego. No Brasil, não se ensinou no século XVI; substituiu-o o tupi. Por isso os estudantes, com uma pontinha de bom humor, chamavam *grego* à língua brasileira<sup>4</sup>.

Em 1572, era lente de tupi, na Baía, o P. Leonardo do Vale. Assistiam às aulas todos os estudantes de casa, os Nossos e alguns Padres<sup>5</sup>.

Para estimular e animar os estudos, havia exercício público

---

1686, pelo Padre Bartolomeu de Leão, com o título de *Catecismo Brasilico da Doutrina Cristã*. O exemplar da Bib. Nac. de Lisboa (reservados) tem no fim, manuscrita, uma *Benedictio Retium*. Nela se incluem alguns « *Poemas brasilicos do Padre Christovão Valente, theologo da Companhia de Jesus, emendados para os meninos cantarem ao Santissimo nome de Jesus* ».

1. CA, 253, 275.

2. Visita do B. Inácio de Azevedo, « Ordinationes », *Bras.* 2, 138; CA, 155.

3. Isto explicaria a seguinte frase do P. John Vincent Yate, pedindo uma gramática inglesa para concluir a tradução portuguesa da *Arte*: *Wants an English grammar, if not prohibed, to aid in finishing a Portugese grammar, wich he has composed in Portugese of the people's speech there, and wich Father Procurator Lodwick da Fonseca carried with him*. — Carta de 21 de Junho de 1593, *Calendar of State Papers*, p. 354.

4. CA, 270.

5. *Fund. de la Baya*, 21v, 96.

de pregação no refeitório ou aulas<sup>1</sup>. Aproveitavam-se as recepções solenes a personagens de categoria, como ao Prelado D. António Barreiros em Pernambuco, para se comporem e pregar « orações em prosa e em verso na língua do Brasil »<sup>2</sup>. A experiência mostrou que o sistema directo do comêço era ainda o mais profícuo. Sobretudo porque a *Arte* do P. Anchieta não tinha grandes qualidades didáticas: « confusa, como nós todos experimentamos », diz o P. Manuel Cardoso<sup>3</sup>. Mais didáctica seria a do P. Figueira. De qualquer forma, a aprendizagem nas Aldeias tinha a vantagem do duplo emprêgo do tempo. Enquanto se aprendia a língua, podia-se fazer a catequese. A partir de 1574, o curso do Colégio transferiu-se para as Aldeias. Inaugurou-o o P. Gaspar Lourenço na sua de Santo António<sup>4</sup>. O mesmo se introduziu noutras Aldeias, às quais acorriam os Padres e Irmãos, que a tivessem de aprender. Mas para que, mesmo nas Aldeias, houvesse algum método, impôs-se, em 1610, que os Irmãos estudassem, pela *Arte*, meia hora por dia, excepto domingos e dias feriados<sup>5</sup>.

A língua não se estudava só na Baía. Em 1587, lia-se uma lição da língua, em Pernambuco, « porque desciam do sertão muitos milhares de almas »<sup>6</sup>.

O estudo da língua requeria abnegação. O simples facto de sair dos principais centros da Colónia e a perspectiva de se ver depois dedicado exclusivamente ao serviço dos Índios, gente bronca e sem lustre, fora de cátedras e púlpitos, aterrava algum ânimo mais froixo. Os Superiores urgiam, repetidas vezes, esta obrigação, como importantíssima para a conversão das almas<sup>7</sup>, tanto mais que o clero secular ajudava pouco neste ponto<sup>8</sup>.

Por tal motivo, o conhecimento da língua era elemento estimável para a admissão na Companhia<sup>9</sup>. Dizia Nóbrega que era

1. *Bras.* 15, 288; *Annaes*, XIX, 63.

2. *Fund. de Pernambuco* 72v (44).

3. *Arte de Gramatica*, do P. Luíz Figueira, na *Aprovação*.

4. *Bras.* 15, 261v.

5. Visita do P. Manuel de Lima, Roma, Vitt.º Em., *Gesuitici*, 1255, f. 9.

6. Carta de Amador Rebêlo, *Lus.* 70, 229.

7. Carta do P. Everardo ao P. Anchieta, 19 de Agôsto de 1579, *Bras.* 2, 64v.

8. *Anch.*, *Cartas*, 318.

9. *Bras.* 3 (2), 354v, 356; *CA*, 52.

o « latim da terra », e o mesmo argumento aduzia, em 1557, para se concederem ordens sacras a Manuel de Chaves, que não tinha latim, a não ser alguns rudimentos aprendidos em Piratininga<sup>1</sup>. A Congregação Provincial de 1568 pede precisamente a dispensa de maiores estudos para os que saibam a língua da terra, tanto para a ordenação sacerdotal, como para a profissão<sup>2</sup>.

Por saberem bem a língua, se ordenaram alguns em 1584, ainda que estavam fracos em latim<sup>3</sup>. Ou como diria Beliarte, em 1592: o estudo da língua supre a teologia, para alguns que não teem tanto talento para estas especulações<sup>4</sup>. Êstes casos só se davam com os que entravam no Brasil. Com os que vinham de Portugal era preciso precaução para assegurar o seu estudo. Acabado o Noviciado, antes da Gramática e Humanidades, iam os Irmãos para as Aldeias. Como não se tinham ainda distinguido os talentos de cada qual, cortava-se a ocasião a que algum cuidasse que estava mal empregado em tal estudo<sup>5</sup>.

Para mais eficácia, adoptou-se no Brasil o que ordenara o P. Geral para o México, que ninguém passasse a estudos mais altos nem se ordenasse, sem aprender primeiro a língua<sup>6</sup>. Ao P. Gouveia pareceu-lhe demasiado rígida tal ordem. Poderia haver Padres muito úteis sem saber a língua<sup>7</sup>. Eis como êle regularizou os estudos e o seu respectivo exame: « para que se guarde com exactidão o que o N. P. Geral ordena acêrca da língua, todos os que forem recebidos por estudantes, acabada a provação, aprendam a língua, se não a sabem, e deem-se a ela com tôda a diligência, e nenhum passe do latim a outra faculdade, nem se ordene, sem primeiro ser examinado por dois ou três Padres, e se achar que a sabe medianamente. Mas com algum poderá dispensar o P. Provincial, *auditis consultoribus*, com

1. Carta de Nóbrega, 2 de Dezembro de 1557, *Bras.* 15, 44.

2. « Scire namque linguam brasilicam videtur esse pars ut cum illis facilius posset dispensari; dummodo virtute et aliis bonis partibus sint ornati », *Congr.* 41, 299v.

3. *Lus.* 68, 410.

4. *Bras.* 15, 397v-398.

5. *Lus.* 68, 338.

6. *Bras.* 2, 53; outras recomendações: *ib.*, 55, 57v, 59, 87v, 145v.

7. Carta do P. Gouveia, de 1 de Novembro de 1584, *Lus.* 68, 410.

causa de momento, como se julgasse que não tinha habilidade ou que tinha muita idade»<sup>1</sup>. O P. Geral aclara, em 1589, o modo de fazer esta dispensa. Encarecendo mais uma vez o estudo da língua, urge-o sobretudo para os que chegam do Reino (os da terra já a saberiam pouco mais ou menos); contudo, esclarece, segundo a mente do Visitador, que, sendo a dificuldade maior com os que já na Europa tivessem sido professores, com êsses se poderia ter consideração, promovendo-os, sem a exigência da língua, a mais altos estudos ou a ordens sacras<sup>2</sup>. A dispensa poderia ter aplicação aos que iam para o Brasil com os estudos incompletos.

¿E os que iam já Padres? Estudavam-na como podiam. Ocupado em ministérios com os Portugueses, dizia de si humildemente o P. António Pires, quando, em 1560, determinou Luiz da Grã que todos aprendessem a língua: «há 12 anos que cá ando e não sei nada. Agora começo pelos nominativos, pela *Arte*, para a poder aprender»<sup>3</sup>. É conhecido o exemplo edificante de Paulo de Carvalho, doutor e prof. da Universidade de Évora, que, indo para o Brasil, e dando-se a êste estudo, declara que nunca «estudara com tanto gosto filosofia e teologia como a língua brasilica»<sup>4</sup>. Também, em 1602, chegou uma luzida expedição de missionários. Vinham três humanistas, que andaram no curso de Évora. Um dêles quis entrar logo no curso de Artes da Baía, para não ter que esperar pelo seguinte, daí a três ou quatro anos. O Prov. Pero Rodrigues não o consentiu, para que os outros não pedissem o mesmo. E êle e os demais foram para as Aldeias<sup>5</sup>. De-vez-em-quando, soltava-se o grito de alarme, de que iam acabando os bons línguas, como faz o P. Simão Travassos, em 1592, e que se buscasse remédio<sup>6</sup>. A utilidade dos

1. Visita do P. Gouveia, *Bras.* 2, 143. Também determinou o P. Manuel de Lima, que ninguém se metesse a confessar na língua, sem ser primeiro examinado nela; e deveria começar-se a aprender no 2.º ano do noviciado (Roma, Vitt.º Em., *Gesuitici* 1255, 14, f. 3v, 6v, 9).

2. Carta do P. Aquaviva, 20 de Fevereiro de 1589, *Bras.* 2, 58v.

3. CA, 276.

4. Franco, *Ano Santo*, 258. «Era cosa incredibile che un huomo celebrato in tante Academie non mai dette segno alcuno di vanità». Faleceu na Baía, a 15 de Maio de 1621, *Lettere annue d'Etiopia, Malabar, Brasil e Goa* (Roma 1627), 119-124.

5. Carta de Pero Rodrigues, 16 de Fevereiro de 1602, *Bras.* 8, 16.

6. Carta de Simão Travassos, 8 de Março de 1592, *Bras.* 15, 411.

estudos da língua indígena do Brasil, reconheciam-na todos. E aquêle mesmo Provincial, Pero Rodrigues, apresentava-os, em 1596, como modêlo a ser imitado por Angola, onde até então se tinha descurado o estudo da língua ou línguas respectivas<sup>1</sup>.

6. — Antes de sairmos desta matéria, convém recordar as tentativas feitas com outros Índios de língua diferente. Ao começar o movimento de unificação da *Língua Geral*, tomaram contacto os Jesuítas com uns Índios Tapuías, «como quem diz salvagens». E, ao mesmo tempo que infiltravam entre êles a língua tupi, aprendiam a sua própria. Êstes Índios, uns vieram ter à Capitania de S. Vicente, e chamavam-se Maromomins (há transcrições diferentes: Maramimis, Maromumins, Guaramemis, Marumimis, Miramomis...); outros apareceram nas Capitánias de Pôrto Seguro e Ilhéus, e eram conhecidos com o nome de Aimorés. A língua, que usavam, era diferente da geral, e os Jesuítas aprenderam-na também<sup>2</sup>. Não consta que da actividade lingüística dos Padres com os Aimorés resultassem obras escritas. Dos Maromomins fizeram vocabulário e catecismo.

A primeira ligação com os Maromomins realizou-se durante o Provincialato do P. Marçal Beliarte (1587-1594); e deixaram ligados os seus nomes a êstes Índios o P. Manuel Viegas, o Ir. Pedro de Gouveia e o P. Anchieta. A fonte, donde constam êstes factos, é Pedro Rodrigues. Escreve êle, em 1599: «Os anos passados, em tempo do P. Marçal Beliarte, Provincial que foi desta Província, começou o P. Manuel Viegas de tomar notícia da língua de um gentio, mui fero e bravio, a que chamam Maromomins. Vive esta gente em uma serra, que está sôbre o Rio de Janeiro e S. Vicente, em espaço de obra de duzentas léguas. E tem diferença do gentio, que vive pela costa, em algumas coisas. Teem uma só mulher, não comem carne humana, dor-

1. Carta de Pero Rodrigues, 24 de Março de 1596, *Bras.* 15, 418v.

2. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 199. Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional*, 3.ª ed. (Baía 1928) 266, lê «Miramomis, corr. myramomis, a gente miúda ou de pequena estatura». Adoptamos a forma *maromomins*, não como decisão etimológica, mas porque a vimos com freqüência, e porque é a única exequível, em português, para traduzir as formas latinas *maromominorum* e *maromomiticam*, dadas nos documentos originaes reproduzidos infra, páginas 567 nota 3 e 568 nota 2.

mem no chão, quando muito sôbre fôlhas de árvores, e contentam-se com terem os pés para o fogo e teem muita variedade de línguas. Os que vivem pela costa dormem em rêdes com fogo debaixo, e teem uma só língua em todo o Brasil, desde o Rio da Prata até o famoso Rio das Al Amazonas. O Padre Viegas, com sua santa curiosidade, chegou a tanto, que *fêz catecismo naquela língua dos Maromomins*, de que se podem ajudar os que aprendem. E já agora se ajuda um Irmão, que é discípulo do Padre, natural da Alta Alemanha, o qual reside em uma das Aldeias, e tem a seu cargo os Maromomins, que teem suas casas junto dela. E o Padre foi-se para a casa de S. Paulo, donde vai visitar outra Aldeia da mesma gente. E pouco e pouco os vai ajuntando, e os anos passados fêz comigo que fôsse dar favor a esta gente, com lhes dizer a primeira missa, na sua terra. Quererá Nosso Senhor trazer obreiros que levem tão santa obra por diante, vencendo as dificuldades que nestas emprêsas cada dia se oferecem »<sup>1</sup>.

Em 1604, pensava-se em abrir Residência entre êles, na região de Piratininga. Propô-lo ao Padre Geral a Congregação Provincial dêste ano; e a resposta, favorável, recomendava que se estabelecesse a Residência em lugar seguro, ao abrigo de ataques dos Índios, para não ter que se abandonar depois, com grave dano dos mesmos Maromomins<sup>2</sup>. Os perigos não eram imaginários, parte por causa dos índios, parte por causa dos colonos. Viu-se isto no ano de 1593, em que a Câmara de S. Paulo proibiu, sob pena de multa pecuniária, degraço ou açoites, que ninguém fôsse negociar com os Maromomins, « emquanto a terra não estiver bem segura, porquanto haviam ido lá algumas pessoas, e se vieram, com deixarem escândalo antre os ditos Guaraimis »<sup>3</sup>.

1. Carta de Pero Rodrigues, Baía, a 19 de Dezembro de 1599, BNL; fg. cx. 30, 82, n.º 7, 2.ª página; *Bras. 15*, 473-473v. O P. António de Matos, depois de falar do ano de 1588, diz, referindo-se à catequese do P. Viegas, *eodem tempore*. (*Prima Inst.*, 31v).

2. *Congr. 51*, 318.

3. *Actas da Camara de S. Paulo*, Resolução de 31 de Julho e 14 de Agosto de 1593, I, 466-469; cf. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, I, 384, onde escreve que os Maromomins, antes, eram contra os Portugueses; e, depois, com a intervenção dos Padres, teem igrejas e ajudam os brancos.

Os Maromomins catequizados foram absorvidos na massa geral dos Índios. Além daquela Aldeia, na comarca de S. Paulo, havia outra, junto à Aldeia de S. Barnabé, no Rio de Janeiro, e em 1599 celebrou também a primeira missa entre êles o mesmo P. Pero Rodrigues, a convite do Ir. Pedro de Gouveia, encarregado da sua catequese<sup>1</sup>. Rodrigues, que era então Provincial, tinha em grande estima êste Irmão, e chegou a pedir para Roma que se ordenasse; dava, como motivo principal, o saber a língua dos Maromomins, que só êle conhecia, fora Manuel Viegas, seu mestre. Todavia o P. Geral não acedeu, observando que êsses tais, depois, servem de pouco; e seria uma tentação para outros<sup>2</sup>. Nem por isso deixou o Irmão Pedro de Gouveia de prestar relevantes serviços na catequese daqueles Índios<sup>3</sup>.

Na segunda década do século XVII, insistiu-se de-novo na necessidade de abrir Residência em « Piratininga, nos Maromomins ». Porque, a-pesar da licença, não se tinha até então pôsto em execução. Os Maromomins viviam de pinhões que são « maiores que os nossos ». Os Padres iam a sua Aldeia periódicamente, mas queriam ter ali residência fixa, porque senão (e é êste o principal argumento para a criação da residência) os Maromomins « tornam ao seu natural que é irem para os matos »<sup>4</sup>.

Tiveram êstes Índios o primeiro conhecimento dos Padres por notícias levadas por um índio cativo, e depois liberto, diz Simão de Vasconcelos, por intermédio do Padre Anchieta. Os Maromomins, assim informados, vieram ter a Bertioiga. Recebeu-os bem o Capitão. Foram catequizá-los os Padres Anchieta e Viegas. Referem os biógrafos de Anchieta, que êle começou o vocabulário desta língua. Contudo, demorando-se apenas quinze dias entre os Maromomins, pouco mais poderia

1. *Bras. 15*, 473-473v.

2. Carta de Cláudio Aquaviva, 27 de Agosto de 1596, *Bras. 2*, 92.

3. O Ir. Pero de Gouveia, cujo nome alemão não consta dos documentos, era natural de Edister. Ainda vivia em 1607, última referência. Já não aparece no catálogo de 1610. O de 1598 tem: « Petrus de Gouveia ex Edister in Germania, annorum 31. Obiuit aliquot annos domestica officia, postea didicit linguam brasilicam et Maromominorum, et Indis instruendis se exercet. Coadiutor temporalis », *Bras. 5*, 39v.

4. *Algumas Advertencias para a Provincia do Brasil*, Roma, Vitt.º Em., *Gesuitici*, 1255, 15v.

ter feito que recolher alguns nomes. Em compensação, o P. Viegas, ficando só, levava « a casa os filhos dêles, pequenos, para que, aprendendo a Língua Geral, depois lhe servissem de intérprete ». E, com o tempo, « tresladou nesta nova língua a doutrina que estava feita para os Índios da costa, e fêz vocabulário muito copioso, e ajudou o P. José a compor a *Arte de Gramática*, com que facilmente se aprende »<sup>1</sup>. ¿ Conservar-se-ão vestígios de tão preciosos documentos lingüísticos? Até agora não se nos depararam pelo menos com a denominação destes Índios.

Do seu autor, testemunha o P. João de Almeida: « Um Padre, Manuel Viegas, em S. Paulo, Pai dos Maromomins, do qual disse o P. Cristóvão de Gouveia, Visitador Geral desta Província, que, ainda que não viera de Portugal a ela por outra coisa, senão só por ver ao P. Manuel Viegas, tivera por bem empregada sua vinda, com todos seus trabalhos »<sup>2</sup>.

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX 285; cf. Serafim Leite, *Páginas*, 158; Vasc., *Anchieta*, 184-187; Paternina, *Vita*, p. 261; Vale Cabral, *Bibliographia*, em *Annaes*, VIII, 199.

2. Testemunho citado por Vasconcelos, *Almeida*, 76. Manuel Viegas era de Marvão, distrito e diocese de Portalegre. Faleceu com 75 anos de idade, em Março de 1608 (*Hist. Soc.* 43, 65v; não traz o dia nem o lugar). Fêz os votos de Coadj. esp. em S. Vicente, no dia 24 de Maio de 1582, em mãos do P. Anchieta (*Lus.* 19, 6). Reza assim o catálogo de 1598: Em Piratiningao « P. Manuel Viegas ex Maruão, diocese. Portalegrensis, annorum 65. firma valetudine; admisus in Societatem anno 1556. Studuit grammaticae et casibus conscienciae quantum fuit satis ad sacros ordines. Didicit Brasilicam linguam et Maromomiticam. In docendo pueros elementarios, et erudiendis indis et confessionibus audiendis semper versatus est. Coadiutor spiritualis formatus ab anno 1582 », *Bras.* 5, 40.

### CAPÍTULO III

## Contribuição para as ciências médicas e naturais

- 1 — *Os Jesuítas e as doenças da terra*; 2 — *Cirurgia de urgência*; 3 — *Flebotomia*; 4 — *Epidemias*; 5 — *Assistência domiciliária e hospitalar*; 6 — *A Misericórdia do Rio de Janeiro*; 7 — *Doenças venéreas*; 8 — *Tratamento do cancro*? 9 — *Ciências naturais e farmacologia*.

1. — Os Jesuítas Portugueses, ao chegarem ao Brasil, viram-se logo a braços com as doenças tropicais, e sem médicos. Para a manutenção da saúde ou sua reintegração, utilizaram naturalmente, por um impulso de defesa e de caridade, os escasos meios que tinham trazido da Europa ou que o país, onde deveriam exercer a sua actividade, lhes oferecia. Vivendo em pleno século XVI, e não sendo a medicina a sua profissão, tinham por fôrça de manter-se dentro da terapêutica empírica e duma profilaxia rudimentar. Evitaram, contudo, o escolho do curandeirismo, pela cultura humanista que possuíam, a mais alta do seu tempo. Tiveram, na verdade, que se premunir sólidamente contra êle. Os Índios, com a sua mentalidade primitiva, exigiam curas maravilhosas, como se na mão dos Jesuítas estivesse a vida e a morte. Não se servindo os Padres, um dia, dos remédios de que dispunham, « no curativo de um indivíduo atacado de doença contagiosa, que parecia a lepra », custou a convencer a gente de que era cura superior às suas possibilidades<sup>1</sup>.

Contendo-se dentro desta posição, discreta e científica, nem por isso deixaram de captar a confiança absoluta dos Índios, que chamavam aos Padres o seu *poçanga*, isto é, a sua verdadeira

1. *Anch.*, *Cartas*, 87.